

Os arquivos policiais do Rio Grande do Sul

Neida Regina Ilha (Chefe da Divisão de
Documentação do Arquivo Público do Estado)

O Rio Grande do Sul ainda tenta encontrar os registros que elucidam uma época de repressão e pouca liberdade. A documentação do DOPS que, segundo informações, era vasta e muito rica em detalhes, desapareceu. Uns afirmam ter presenciado sua incineração, outros afirmam que foi tudo microfilmado e está em posse do Exército. A verdade é que não existe um acervo completo. Em 1991, o então governador Alceu Collares nomeou uma Comissão de Sindicância com a incumbência de localizar e resgatar ao Arquivo Público a documentação existente nos diversos órgãos envolvidos nos serviços de informações.

Os documentos da PM2 e do SCI: vigilância dos movimentos sociais e dos partidos políticos

Na primeira etapa foram localizados documentos relativos ao Serviço Central de Informação (SCI) e Polícia Militar 2 (PM2) num total de 415 documentos da PM2 e 1.690 do SCI no período de 1987 a 1991, assim classificados:

Movimentos sociais:

- Movimento Sindical
 - MST
 - Movimento Estudantil
 - Outros
-

Partidos políticos:

- PT
 - PC do B
 - PDT
 - PSB
 - PCU (Uruguai)
 - PCB
 - Outros
-

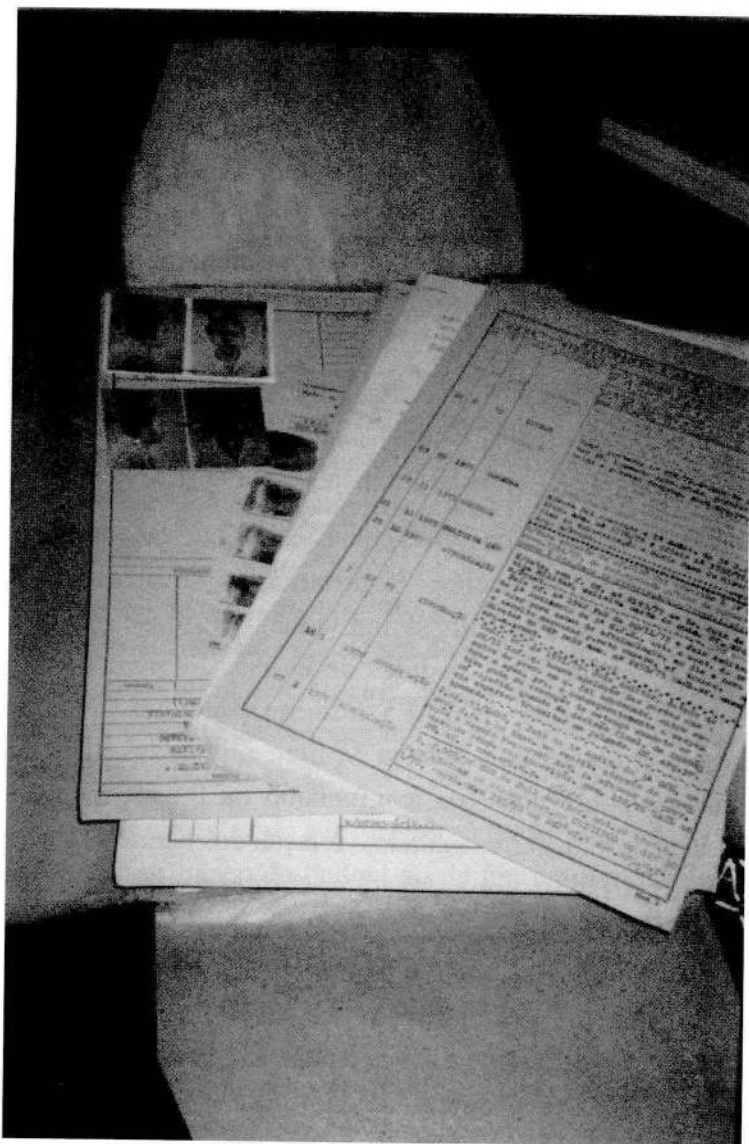
São relatórios de investigações feitas por esses dois organismos do Governo que, mesmo com a extinção do DOPS, deram continuidade à prática de controle de entidades e indivíduos. Pode-se constatar que os maiores alvos foram os movimentos sociais e os partidos políticos.

Pela observação dos cabeçalhos dos relatórios, constata-se que pelo menos 30 funcionários chamados “agentes” trabalharam no serviço de informação do Estado. São identificados por siglas ou apelidos como QG, DZ, Z ou Bravo. Os métodos de espionagem utilizados eram: observação de eventos de massa, observação de reuniões fechadas ou restritas, conversas com “contatos”, fotografias, identificação de lideranças, investigação individual, recolhimento de material.

Por ordem do governador, essa documentação deveria estar à disposição de todo e qualquer cidadão a qualquer momento.

Os arquivos do DOPS e da SOPS

Mais tarde, começou a ser enviado ao Arquivo Público a documentação referente ao DOPS propriamente dito, num total de



Prontuários de presos políticos.
Fundo DOPS/RS. Acervo Arquivo Público do Rio Grande do Sul
Foto: Neida Regina Ilha

42 caixas-arquivo, do Serviço de Ordem Política e Social (SOPS) do interior do estado, dos anos 1960 a 1980, assim distribuídos:

4ª Região Policial: Alegrete; 5ª Região Policial: Cruz Alta; 7ª Região Policial: Rio Grande; 8ª Região Policial: Caxias do Sul; 11ª Região Policial: Erechim; 13ª Região Policial: Santo Ângelo; 14ª Região Policial: Palmeiras da Missões; 15ª Região Policial: Lagoa Vermelha; 19ª Região Policial: Lajeado; 20ª Região Policial: Cachoeira do Sul; 23ª Região Policial: Osório, e mais as fichas datiloscópicas dos indivíduos presos por motivos políticos (DOPS), recolhidas do Instituto de Criminalística, e uma listagem, enviada pela Polícia Civil, dos enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN).

A documentação do SOPS consiste em material administrativo, incluindo correspondências; 76 prontuários de presos políticos; aproximadamente 2.500 fichas individuais de pessoas tidas como “elementos subversivos”, pedidos de buscas; informações; relação de indivíduos atingidos pelo AI 5, informe sobre indivíduos; relação de pessoas julgadas pela Justiça Militar; atividades guerrilheiras; informações sobre políticos, comunismo na Igreja; mandados de prisão; jornais; brasileiros exilados; relação dos banidos do território nacional; pessoas consideradas subversivas; informações confidenciais, panfletos, movimentos e organismos revolucionários; banidos do território nacional na função pública; resultado de eleições; estabelecimentos enquadrados na LSN, informações sobre pronunciamentos do clero e organizações sindicais; fichas regionais sindicais; fichas ideológicas de indivíduos e entidades; mapas demonstrativos de vendas de armas e munições; terroristas procurados; relação de indivíduos “perniciosos” à Organização Policial; movimento estudantil, relação de indivíduos para solicitação de

informações; informações sobre movimento no campo, relatório do SOPS, documentos referentes ao Grupo dos 11¹, manual de tortura, etc.

Acesso e tratamento arquivístico do acervo

Esse acervo não está totalmente organizado, mantendo ainda a organização original, o que dificulta em muito a pesquisa. Os consulentes que chegam ao Arquivo Público do Estado buscando algum registro em torno de seu nome, obtêm, na grande maioria, uma busca frustrada. A documentação individual é inexpressiva, resumindo-se aos prontuários, fichas individuais e fichas datiloscópicas.

Observou-se, porém, que entre a documentação administrativa dos SOPS existe grande quantidade de nomes que são mencionados nas correspondências, relatórios, pedidos de busca, pedidos de informação, etc. que demandam um longo tempo para a pesquisa e bastante perseverança.

É meta para este ano a informatização deste material mediante a criação de um banco de dados, ou de um arquivo de imagem. O projeto para definição do método mais eficiente está em fase de elaboração. Após a sua conclusão, proceder-se-á ao preparo, arranjo e codificação da documentação para a informatização. Espera-se atingir dessa forma o maior número de consultas com agilidade e conhecer o conteúdo da documentação em sua totalidade, bem como elaborar os necessários instrumentos de pesquisa e divulgação.

¹ “Grupo dos Onze Companheiros”, criado no final de outubro de 1963 pelo então deputado Leonel Brizola, para defender as reformas de base. (N.E.)

O acesso à documentação é facilitado a qualquer pessoa, porém torna-se restrito pela dificuldade de se identificar os dados desejados, devido às características da documentação e à organização empírica em que se apresenta.

As pesquisas com fins científicos, neste acervo, são insignificantes, consequência do desconhecimento do conteúdo e do difícil acesso aos mesmos. Porém, há uma grande busca de documentos para fins probatórios, visando às indenizações oferecidas pelo Estado para os que sofreram as barbáries da Ditadura.

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

Vanderlino Horizonte Ramage - Diretor
Rua Riachuelo, 1031 - 2º Portão - Centro
90.010-270 - Porto Alegre - RS
Tel.: (051) 227-1698
Fax: (051) 224-3614
E-Mail: arqpub@procergs.com.br